

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO — MEC
SECRETARIA GERAL
FUNDAÇÃO NACIONAL PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS — EDUCAR
DIRETORIA TÉCNICA — DIRET
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS EDUCACIONAIS — DEESE
DIVISÃO DE ESTUDOS, AVALIAÇÃO E PESQUISA — DIAPE

ANÁLISE DE CONJUNTURA INSTITUCIONAL DA FUNDAÇÃO EDUCAR

Coórdenação: Maria Pellegrini
Terezinha Wiggers de Almeida

Equipe: Alexandre Mendes Mewohas
Ana Neuza Botelho Videla
Maria Clara Lanari Bô
Eliane Ribeiro de Andrade
Maria de Fátima Azevedo Lopes da Costa
Luis Alberto Moreira
Josmar Braga Martha
Luis Carlos Barreto Lopes
Regina Coeli Ávila Alves Pereira

Janeiro/1987

INDICE

	PÁGINA
APRESENTAÇÃO	
1. AVALIAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCAR: ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS...	1
2. SITUAÇÃO DO ANALFABETISMO NO PAÍS :.....	5
3. ATENDIMENTO DA FUNDAÇÃO EDUCAR - 1986	6
Conveniência da Fundação EDUCAR no ano de 1986	8
Análise dos Projetos Conveniados na Região Nordeste	12
Desenvolvimento dos Programas Educativos	17
Projetos Alternativos	23
BIBLIOGRAFIA	

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho, "Análise de Conjuntura Institucional da Fundação EDUCAR", tem por objetivo apresentar um perfil da atuação desta Instituição durante o seu primeiro ano de existência.

Para tanto, foram utilizadas informações e dados quantitativos colhidos em documentos internos de forma a traçar um quadro que permitisse uma visão do desenvolvimento dos Programas sob a responsabilidade da Fundação EDUCAR nesse primeiro ano.

Inicialmente, observou-se que a Fundação EDUCAR, apesar de ser criada com competências e objetivos que visam o fomento e o apoio a instituições governamentais/não-governamentais, portanto, à cooperação técnica, financeira e material, não mais exercendo a função de órgão executor, tal como a antiga Fundação MOBIL, manteve a estrutura e a quase totalidade de seus recursos humanos. Sob essas condições, surgiram dificuldades na assimilação e implementação desses objetivos que exigem uma redefinição de papéis do educador e do administrador da atual proposta técnico-pedagógica.

No que refere a aspectos institucionais, a consolidação da estrutura técnico-administrativa da EDUCAR Central e a definição quanto à organização e estrutura de funcionamento das Coordenações Estaduais são questões a serem resolvidas.

O prolongamento de indefinições e incertezas não contribui para o desenvolvimento dos trabalhos do Corpo Técnico, gera insegurança e limita o quadro de possibilidades e perspectivas de atuação.

Na situação atual, se por definição a EDUCAR tem papel preponderante como órgão de apoio, as circunstâncias de carência da estrutura de ensino, a divulgação insuficiente da Fundação EDUCAR, quer pela própria Fundação quer pelo

Ministério da Educação, desvinculada de um processo global de planejamento, dificultam a assimilação pelas entidades convenientes dessa postura de não-execução.

No desenvolvimento desta análise detectou-se que se as ações da EDUCAR compreendem regionalização e participação de acordo com as necessidades e especificidades locais, elas só se viabilizarão à medida que se consolide o projeto de sua descentralização e, em nível governamental, a reforma tributária.

O primeiro aspecto prevê limites mais amplos da autoridade delegada aos Coordenadores Estaduais da EDUCAR nos campos administrativo e pedagógico. Este aspecto vincula-se, necessariamente, ao segundo (que engloba a municipalização dos recursos para a educação), visto que, no âmbito da atuação da EDUCAR é previsto, a médio/longo prazo, a erradicação/minimização do analfabetismo via a absorção progressiva da população analfabeta pela rede de sistema escolar municipal/estadual, cuja precariedade consta das justificativas para a existência dos projetos de alfabetização.

Tais medidas, complementares entre si, extrapolam o âmbito de atuação desta Instituição e compõem uma situação em que se deve conjugar todos os esforços possíveis para a formulação de uma Política Nacional de Educação que oriente um Plano Nacional de Educação de Adultos. Para isso, recomenda-se a articulação entre os diversos órgãos do MEC que trabalham com educação de jovens e adultos e destes com os demais órgãos governamentais e não-governamentais que também atuam nesta área.

Além das questões apresentadas, as conveniências político-partidárias na definição de quadros para a ocupação de cargos administrativos, se não é nenhuma novidade em ocasiões anteriores, agravou-se particularmente, por se tratar de um ano eleitoral, o que acirrou a disputa por espaços mais amplos de atuação. Neste caso, urge definir critérios e mecanismos que possam garantir à EDUCAR uma negociação (inclusive com

partidos políticos, através de uma lista triplíce, por exemplo), sobre o ingresso de quadros técnicos com perfil adequado a este tipo de exercício, que integrarão sua estrutura administrativa nos seus diversos níveis.

Num segundo momento, a partir dos dados quantitativos, foi realizada uma análise do atendimento da Fundação EDUCAR, no ano de 1986, fazendo-se referência à projeção estimada da população analfabeta com idade superior ou igual a 15 anos para este ano, observando-se que o percentual de atendimento foi de 3,38% (649.760) para um total de 21,90% (19.237.697) de analfabetos do país. Em seguida, com base nos Planos de Ação das Coordenações Estaduais da EDUCAR, procurou-se identificar o percentual de atendimento previsto para o ano de 1987, que é de 6,47% (1.244.851).

A partir destes dados e levando-se em consideração o discurso do Presidente José Sarney por ocasião do lançamento do ato inaugural do Qüinqüênio Interamericano de Alfabetização, em novembro de 1986, onde afirma que "o Brasil está decidido a entrar no século XXI como um povo alfabetizado", calculou-se que para se chegar a este intento, mesmo com 8% residuais,^(*) seria necessário que a Fundação EDUCAR aumentasse o índice atual (3,38%) em 300% para o ano de 1987.

Ainda com base no percentual de atendimento durante o ano de 1986, observou-se que do total de classes (27.546) e de alunos (649.760) conveniados, 58,90% (16.225) estão em zona urbana e 41,10% (11.321), em zona rural. Esta proporção se altera bastante para as regiões Sul e Centro-Oeste: 77,86% (3.432) e 70,69% (1.973) em zona urbana, para 22,14% (976) e 29,31% (818) em zona rural, respectivamente. Esta situação

(*) Vide nota pág.7

advêm da grande concentração de analfabetismo nas periferias das capitais e pela estratégia de atuação da EDUCAR, que privilegia tais áreas.

Chama-se atenção, entretanto, para o fato de que, embora a EDUCAR tenha atendido no seu índice de conveniamento durante o ano de 1986 a 47,64% (13.123) das classes e 50,03% (325.055) dos alunos na região Nordeste, tais percentuais representam apenas 3,49% (325.055) dos analfabetos da região, que é de 40,81% (9.325.085). Da mesma forma, para as outras regiões, este índice demonstra a necessidade de ampliação e aprofundamento de sua atuação, ou seja: na região Norte a EDUCAR atendeu a 4,15% (47.223) dos 25,96% (1.156.511) dos analfabetos da região; na região Sudeste, 2,47% (141.773) dos 14,20% (5.741.281); na região Sul, 3,63% (64.852) dos 12,66% (1.788.459). E na região Centro-Oeste, 5,78% (70.857) dos 20,48% (1.226.254) de analfabetos da região.

Em seguida são apresentados os Projetos Alternativos, projetos estes que, por possuírem características fundamentais diferentes das que são habituais na imensa maioria dos convênios firmados pela EDUCAR, vêm-se constituindo em novos espaços de atuação deste órgão, delineando uma nova forma de atuação do Estado no campo da educação básica de jovens e adultos.

A partir de uma análise dos projetos educativos conveniados pela Fundação EDUCAR, constatou-se que a maioria demanda ainda por infra-estrutura e apoio. Aqui se insere o espaço para a atuação deste órgão nas suas finalidades de cooperação e apoio técnico, financeiro e material, formalizando convênios e ampliando o seu raio de ação através das instituições/entidades da sociedade civil que atuam na área.

Essas experiênciastêm como denominador comum a busca de metodologias próprias que objetivam indicar caminhos possíveis para implementar uma reflexão sobre o processo de alfabetização,

nunca como um conjunto de regras fixas, mas sempre procurando valorizar a participação do indivíduo e reforçando a organização da sociedade civil numa perspectiva transformadora. Este procedimento, que vem ao encontro do Programa de Atuação da Fundação EDUCAR ao desenvolver ações para que a comunidade participe do seu próprio processo educacional nas fases de planejamento, execução e avaliação, inaugura a possibilidade real de ampliação dos conveniamentos da Instituição.

É nesta linha que a Fundação EDUCAR vem desenvolvendo projetos alternativos, citando-se entre eles o "Projeto de Educação Básica para a Baixada Fluminense/RJ", o "Projeto de Educação de Adultos da Diocese de Juazeiro/BA", o "Projeto de Educação Básica de Jovens e Adultos de Comunidades da Periferia de Salvador/BA", da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia e, ainda, o "Projeto de Educação Básica do Centro de Educação e Cultura Popular (CECUP)", também na periferia de Salvador/BA.

A partir dessas experiências, pode-se afirmar que tais projetos, ao buscarem reforçar o processo pedagógico, envolvendo setores organizados da sociedade civil em sua construção, têm obtido resultados positivos e indicadores dos rumos que deve seguir a Educação de Jovens e Adultos hoje, no Brasil.

Cabe ainda nesta apresentação, mencionar os recursos conveniados para o ano de 1986, com órgãos governamentais/não-governamentais, que são da ordem de Cz\$ 237.386.489,00, dos quais foram repassados Cz\$ 145.222.929,79 até 02 de dezembro de 1986. A análise referente a custo/aluno, encontra-se em fase de realização pelo Departamento de Planejamento (DEPLA) da Fundação EDUCAR.

1. AVALIAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCAR: ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS

Para uma análise inicial do primeiro ano de funcionamento da Fundação EDUCAR, o que implica fazer um balanço dos resultados obtidos até agora, torna-se necessário retomar alguns aspectos importantes para uma avaliação de conjuntura.

Em primeiro lugar, trata-se de uma Instituição criada há um ano e que, por isso mesmo, passa necessariamente por um período de "excepcionalidade e transição". Por outro lado, sua criação é encaminhada ao Presidente da República como um projeto que propõe uma redefinição dos objetivos do já extinto MOBRAF, "altera sua denominação e dá outras providências". O próprio Decreto nº 91.980 começa no seu Artigo 1º por dizer que o MOBRAF "passa a denominar-se" EDUCAR, enfatizando a origem da nova entidade. Além disso, apesar de serem atribuídos a essa Instituição novas competências e objetivos, (*) não mais exercendo a função de órgão executor tal como a Fundação anterior, foram mantidas a estrutura e a quase totalidade de seus recursos humanos. Sendo assim, é possível admitir-se o surgimento de dificuldades na assimilação desses novos objetivos e de sua implementação, bem como das características do modo de se desenvolverem suas ações, pois tal mudança exige uma verdadeira redefinição de papéis do educador e do administrador da atual proposta técnico-pedagógica.

(*) Entre outros, cabe à EDUCAR:

"apoiar instituições governamentais e não-governamentais que desenvolvam educação básica de jovens e adultos, por meio de cooperação técnica e/ou recursos financeiros e materiais, a fim de contribuir para a ampliação desse atendimento."

"...promover a realização de programas da 1ª fase da educação básica para a população de 15 ou mais anos que não teve acesso à escola, ou dela foi excluída prematuramente:

- fomentando o desenvolvimento de projetos junto a instituições governamentais com vistas à absorção progressiva do atendimento pelos sistemas estaduais e municipais;
- apoiando instituições da sociedade civil que atendam aos objetivos de desenvolvimento da educação básica de jovens e adultos." In FUNDAÇÃO EDUCAR. Diretrizes Político-Pedagógicas. Brasília, 1986.

Há ainda uma outra questão a ser considerada. Como está explícito em seu Estatuto (Art.4º), as ações da EDUCAR "serão executadas de forma regionalizada e participativa, consentânea com as necessidades e especificidades locais".(*) Assim sendo, pode-se afirmar que a proposta da Fundação só irá adquirindo contornos mais nítidos progressivamente, não só à medida que se consolide o projeto de sua descentralização,**) como também, a nível governamental, se realize a reforma tributária (englobando a municipalização dos recursos para a educação). Este aspecto, se não inviabiliza os programas de educação num primeiro momento, dificulta em muito a administração e a erradicação/mínimização do analfabetismo, visto que, entre as justificativas para a existência dos projetos, consta a precária rede do sistema escolar nas áreas prioritárias de implantação (periferia das grandes cidades, áreas rurais/interioranas desprovidas de recursos), fato que extrapola o âmbito dessa Instituição.

Aliadas a estas dificuldades naturais de uma fase de transição, pode-se destacar outras que, da mesma forma, afetaram o desempenho da Fundação. É necessário afirmar, por exemplo, que as interferências políticas na definição de quadros para a ocupação de cargos administrativos acarretaram escolhas movidas mais por conveniências político-partidárias do que pelo perfil técnico adequado a este tipo de exercício. Se o eixo da atuação da EDUCAR esteve, muitas vezes, vinculado aos interesses dos grupos que detinham o poder, o que não é nenhuma novidade em ocasiões anteriores, ressalte-se que tal situação particularmente se agravou tanto em função da mudança de natureza da Fundação, quanto por se tratar de um ano eleitoral, o que acirrou a disputa por espaços mais amplos no cenário

(*) BRASIL, Leis, Decretos, etc. Decreto nº 92.734, de 06 de fevereiro de 1986. Diário Oficial. Brasília, 07 de fevereiro de 1986. Seção 1, pt.1 pág.2198-9.

(**)O projeto de descentralização prevê a definição de limites mais amplos da autoridade delegada aos Coordenadores Estaduais nos campos administrativo e pedagógico como única maneira de se operacionalizarem os objetivos da EDUCAR, de forma eficiente e eficaz.

político nacional. Neste caso, urge definir critérios e mecanismos que possam garantir à EDUCAR uma negociação (inclusive com partidos políticos, através de uma lista tríplice, por exemplo) sobre o ingresso de quadros que integrarão sua estrutura administrativa.

Vale lembrar que, na espera de definições mais claras sobre sua atuação, a Fundação EDUCAR foi compelida a iniciar suas atividades já quase no segundo semestre de 1986, com um modelo administrativo da antiga Fundação MOBIL, o que interferiu bastante no seu desempenho e, conseqüentemente, no desenvolvimento de sua proposta educativa.

Mas a existência destas dificuldades não justificaria um imobilismo diante delas. Assim, durante este primeiro ano, vem sendo realizada uma análise com o objetivo de tentar perceber e entender o encaminhamento que vem sendo dado à prática da Fundação EDUCAR, no momento de sua implantação e, a partir daí, detectar os principais pontos de estrangulamento e redirecionar as suas ações. Dentre os principais problemas apontados destacam-se:

- . a não definição pelo MEC de uma Política de Educação de Adultos, que daria origem a um Plano Nacional de Educação nessa área;
- . a divulgação insuficiente da Fundação EDUCAR, quer pela própria Fundação quer pelo MEC;
- . a divulgação da Fundação EDUCAR e das atividades de articulação com entidades, a nível de Estado, desvinculada de um processo global de planejamento que lhe conferisse um caráter permanente e contínuo;
- . a articulação precária entre a Fundação EDUCAR e as Secretarias Estaduais de Educação;
- . a indefinição quanto à organização e estrutura de funcionamento

das Coordenações Estaduais e Territoriais (COORD);

- . um apoio técnico insuficiente aos municípios, quando da extinção das Comissões Municipais causando uma ausência de articulação, entre a EDUCAR Central e o MEC;
- . momento inoportuno do processo de capacitação das Coordenações, dadas as indefinições, ainda existentes na época, relativas ao Programa de Educação Básica da Fundação EDUCAR;
- . falta de consolidação da estrutura técnico-administrativa da EDUCAR Central.

Pode-se dizer que esta situação, onde predominam indefinições e incertezas quanto à atuação da EDUCAR nesta sua fase de implantação, corrobora, de certa forma, o que foi exposto inicialmente.

No entanto, para uma percepção mais exata do desenvolvimento da proposta educativa desta Instituição, impõem-se ainda outros níveis de abordagem.

Nesse sentido, e a partir de uma visão da realidade atual do analfabetismo no país, procuraremos, a seguir, registrar o atendimento que a Fundação EDUCAR lhe vem dando.

Para o registro dessa visão foram consideradas as estatísticas fornecidas pelo IBGE. Para a apresentação do atendimento da EDUCAR utilizaram-se estudos já elaborados anteriormente, dados estatísticos do sistema de acompanhamento da EDUCAR, análise dos projetos educativos por ela conveniados e breve síntese de projetos alternativos.

2. SITUAÇÃO DO ANALFABETISMO NO PAÍS

Para o registro da situação do analfabetismo no país tomou-se, num primeiro momento, a população de 15 anos ou mais segundo o Censo Demográfico (IBGE/ 1970-1980), e baseando-se nesta, projetou-se a população de 15 anos ou mais para o ano de 1986. A partir desses dados estimou-se a população analfabeta, obtendo-se também seus percentuais relativos por estado, região e país.

TABELA I (a seguir)

TABELA 1

Quadro Demonstrativo do Índice de Alfabetização da População Maior ou Igual a 15 Anos de Idade Segundo Projeção para o Ano de 1986. Atendimento da EDUCAR em 02.12.1986 e Percentual de Atendimento da EDUCAR para 1987, por Estado/Região e País.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO MAIOR OU IGUAL A 15 ANOS-PROJEÇÃO ESTIMADA PARA 1986 POR ESTADO/REGIÃO/PÁIS, SEGUNDO CENSO DEMOGRÁFICO IBGE 1970-1980 (1)			POPULAÇÃO ATENDIDA PELA EDUCAR SEGUNDO RELATÓRIO DA SICOP DATADO DE 02.12.1986 (2)						ÍNDICE DE ATENDIMENTO DA EDUCAR PARA 1987(3)		
	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO ANALFABETA	ÍNDICE DE ANALFABETISMO %	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL	%	1986	1987	%
ACRE	199.172	81.500	40,92	7.275	65,99	3.750	34,01	11.025		13,53	6.330	7,63
AMAPÁ	116.711	23.564	20,19	620	29,81	1.460	70,19	2.080		8,83	4.997	21,21
AMAZONAS	970.659	238.548	24,58	11.718	69,17	4.486	30,83	16.204		7,10	36.382	15,29
ARARÁ	2.450.200	608.297	24,83	8.872	65,80	4.611	34,20	13.483		2,22	21.905	3,60
ARAGUAINHA	649.019	190.079	29,29	2.177	55,59	1.739	44,41	3.916		2,06	16.540	8,70
ARARAÍMA	69.234	14.523	20,98	275	53,40	240	46,40	515		3,55	-(0)	-
NORTE	4.454.995	1.156.511	25,96	30.937	65,51	16.286	34,49	47.223	100	4,15	86.304	7,46
									7,27			
ARARIPIBÁ	2.606.755	1.160.949	44,54	12.933	55,87	10.214	44,13	23.147		1,99	37.675	3,24
ARAUÁ	1.384.144	596.931	43,13	37.691	81,15	8.756	18,85	46.447		7,78	73.599	12,38
ARAXÁ	3.528.730	1.399.780	39,67	22.064	45,68	26.232	54,32	48.296		3,45	155.055	11,09
GOIÁS NORTE	1.306.254	502.619	38,48	23.165	84,33	4.305	15,67	27.470		5,47	51.550	10,34
ARATIBA	1.773.034	810.818	45,73	27.179	46,96	30.698	53,04	57.877		7,14	95.940	11,83
ARARIBUJO	4.049.415	1.552.353	38,34	14.513	33,14	29.274	66,86	43.787		2,82	120.787	7,78
ARAGUACAS	1.263.167	622.332	49,27	9.235	48,52	9.800	41,48	19.035		3,06	40.225	6,46
ARAGUAPÉ	744.935	307.131	41,23	3.133	26,73	8.589	73,27	11.722		3,82	19.317	6,29
ARAIPIBÁ	6.191.191	2.372.172	38,32	24.992	52,87	22.282	47,13	47.274		1,99	98.560	4,15
ORDESTE	22.847.625	9.325.085	40,81	174.905	53,81	150.150	46,19	325.055	100	3,49	693.408	7,44
									50,03			
MINAS GERAIS(A)	9.563.849	1.952.942	20,42	22.710	43,26	29.792	56,74	52.502		2,69	84.735	4,34
SANTO ANTONIO	1.522.132	310.971	20,43	3.667	94,24	224	5,76	3.891		1,25	12.092	3,34
JANEIRO(B)	7.998.509	1.015.685	12,70	17.794	65,59	9.334	34,41	27.128		2,67	35.475	3,59
SÃO PAULO	21.336.913	2.461.683	11,54	56.924	97,72	1.328	2,28	58.252		2,37	119.790	4,87
ORDESTE	40.420.503	5.741.281	14,20	101.095	71,31	40.678	28,69	141.773	100	2,47	253.092	4,41
									21,82			
PARANÁ	5.204.784	837.209	16,09	22.613	81,49	5.136	18,51	27.749		3,31	34.980	4,18
CATARINA	2.789.874	292.534	10,49	6.107	46,13	7.133	53,87	13.240		4,53	27.089	9,26
GOIÁS SUL	6.128.963	658.716	10,75	18.419	77,19	5.444	22,81	23.863		3,62	45.801	6,95
PARANÁ	14.123.621	1.788.459	12,66	47.139	72,69	17.713	27,31	64.852	100	3,63	107.870	6,03
									9,98			
SANTA CATARINA	893.524	230.953	26,14	17.810	91,05	1.750	8,95	19.560		8,47	30.765	13,32
SANTA CATARINA	1.106.431	223.560	20,21	18.027	87,09	2.672	12,91	20.699		9,26	11.825	5,29
SANTA CATARINA (C)	3.997.638	771.741	19,30	17.484	57,14	13.114	42,86	30.598		3,96	61.587	7,98
PARANÁ	5.987.593	1.226.254	20,48	53.321	75,25	17.536	24,75	70.857	100	5,78	104.177	8,50
									10,90			
PARANÁ	87.834.337	19.237.697	21,90	407.397	62,70	242.363	37,30	649.760	100,00	3,38	1.244.851	6,47

Fonte: (1) DIROP/DEPLA/DIEPE/FUNDAÇÃO EDUCAR, em 09.07.1986, a partir dos documentos FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo Demográfico - Brasil; VIII recenseamento geral - 1970. Rio de Janeiro, 1973. 267 p. (IBGE, Série Nacional, 1), e FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo demográfico - Brasil; dados gerais - migração, instrução, fecundidade, mortalidade; IX recenseamento geral do Brasil - 1980. Rio de Janeiro, 1983. 203 p. (IBGE, v. 1, t. 4, n. 1).

(2) Relatório de Totalizações do Sistema de Controle de Programas (SICOP)/ Fundação EDUCAR, em 02.12.1986.

(3) Informações colhidas nos Planos de Ação das Coordenacões Estaduais da FUNDAÇÃO EDUCAR, em Janeiro de 1987.

(A) Minas Gerais Norte + Minas Gerais Sul; (B) Rio de Janeiro + COMET; (C) Goiás + Distrito Federal; (D) Roraima consta nos dados de Amazonas.

De acordo com esta estimativa, a maior concentração de analfabetos se encontra na região NE cujos percentuais oscilam entre 38,32% e 49,27%. A segunda região com maior índice de analfabetismo é a região Norte, cujos percentuais oscilam entre 20,98% e 29,29%, ressaltando-se que o Acre atinge um índice de 40,92% de analfabetos. As demais regiões apresentam índices de analfabetismo inferiores ao índice estimado para o país, que é de 21,90%. (Tabela I).

3. ATENDIMENTO DA FUNDAÇÃO EDUCAR — 1986

Tomando-se a população adulta analfabeta com 15 ou mais anos e a população conveniada pela EDUCAR, identificou-se o percentual de atendimento desta Fundação por estado, região e país, atingindo no total do país um atendimento a apenas 3,38% (649.760) daquelas 21,90% (19.237.697) de analfabetos.

Considerando-se os percentuais por região, verifica-se que o maior atendimento a analfabetos ocorreu na região Centro-Oeste, onde estão sendo atendidos 5,78% (70.857) dos 20,48% (1.226.254) de analfabetos da região. Em segundo lugar, vem a região Norte com 4,15% (47.223) dos 25,96% (1.156.511) de analfabetos. As regiões Sul e Nordeste apresentam índices de atendimento equivalentes, cabendo ressaltar que na região Nordeste o índice de analfabetismo é de 40,81% (9.325.085) com o atendimento a 3,49% (325.055) pela EDUCAR no ano de 1986. Na região Sul, o índice de analfabetismo é de 12,66% (1.788.459) com o percentual de atendimento pela EDUCAR de 3,63% (64.852). O menor índice de atendimento é observado na região Sudeste, com 2,47% (141.773) de atendimento a um total de 14,20% (5.741.281) de analfabetos na região.

Cabe ressaltar que, de acordo com o seu planejamento para o exercício de 1987, o índice de atendimento (que era de 3,38%) elevar-se-á para 6,47% (1.244.851), o que significa praticamente dobrar seu conveniamento para o país como um todo. Neste caso, estima-se o índice maior de atendimento para a

região Centro-Oeste, com 8,50% (104.177) de atendimento em relação ao total de analfabetos; a região Norte, com 7,46% (86.304); a região Nordeste, com 7,44% (693.408); Sudeste com 4,41% (253.092) e Sul, com 6,03% (107.870).

Levando-se em conta o discurso do Presidente José Sarney por ocasião do lançamento do ato inauguração do Quinquênio Interamericano de Alfabetização, realizado no Palácio do Itamarati, em Brasília, em novembro de 1986, no qual afirma que "o Brasil está decidido a entrar no século XXI como um povo alfabetizado", calcula-se que o atendimento à população analfabeta deve ser aumentado significativamente pois para se chegar ao final do século com o resíduo de 8% de analfabetos no Brasil, faz-se necessário aumentar o índice atual de conveniamento em 300%, no ano de 1987. (*)

(*) Para realizar este cálculo, projetou-se a população brasileira maior ou igual a 15 anos de idade para o ano 2000 (136.353.999, aproximadamente). Em seguida, projetou-se a população analfabeta maior ou igual a 15 anos de idade para o mesmo ano (19.901.276, aproximadamente). Ambas as projeções foram realizadas com base na publicação FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico-Brasil; VIII recenseamento geral-1970. Rio de Janeiro, 1973. 267 p. (IBGE, Série Nacional, 1), e FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico-Brasil; dados gerais-migração, instrução, fecundidade, mortalidade; IX recenseamento geral do Brasil-1980. Rio de Janeiro, 1983. 203 p. (IBGE, v.1, t.4, n.1).

Com base nestes dados, obteve-se o valor relativo (%) da população analfabeta em relação à população total, que é de 14,6%, aproximadamente.

Considerando-se 8% de resíduo como sendo satisfatório para a erradicação/minimização do analfabetismo, extrairam-se esses 8% do total da população maior ou igual a 15 anos, chegando-se a 10.930.830 analfabetos com idade superior ou igual a 15 anos, aproximadamente.

Subtraindo-se este número (10.930.830) do primeiro número encontrado (19.901.276), obteve-se a diferença igual a 8.970.396. Dividindo-se esta diferença por 14 anos (correspondente ao intervalo de 1986/2000), obteve-se o número de 640.742.

Considerando-se esta população de 640.742 como sendo 30% de produtividade média, concluiu-se que se faz necessário um conveniamento em 1987 de no mínimo 2.135.808 alunos, o que corresponderia ao quádruplo do conveniamento de 1986. Ou seja, a necessidade de um acréscimo de 300% no índice de atendimento da Fundação EDUCAR para o ano de 1987.

. Conveniamentos da Fundação EDUCAR no ano de 1986

A Fundação EDUCAR convenciou em 1986 um total de 27.546 classes de Educação Básica (entre classes de alfabetização e de equivalência às quatro primeiras séries de 1º grau), das quais 58,90% (16.225) se situam em zona urbana e 41,10% (11.321) na zona rural. Tal proporção se altera significativamente nas regiões Sul e Centro-Oeste, onde a concentração em zona urbana se acentua bastante — 77,86% (3.432) contra 22,14% (976) e 70,69% (1.973) contra 29,31% (818), respectivamente. Esta diferença pode ser explicada em função da grande concentração de analfabetos nas periferias: das capitais e pelas estratégias de atuação da Fundação EDUCAR que privilegiou as áreas de maior concentração de analfabetos. (Tabela II).

Tabela II (a seguir)

TABELA II - CLASSES E ALUNOS CONVENIADOS POR REGIÃO E PAÍS - URBANO E RURAL

REGIÃO	C L A S S E S				A L U N O S				MÉDIA - ALUNOS						
	URBANAS		RURALS		URBANOS		RURALS		T O T A L	URBANA	RURAL	TOTAL			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%							
	T O T A L		T O T A L		T O T A L		T O T A L		T O T A L		T O T A L				
NORTE	1025	59,80	689	40,20	1714	100,00	30937	65,51	16286	34,49	47223	100,00	30,2	23,6	27,5
					6,22							7,27			
NORDESTE	6642	50,61	6481	49,39	13123	100,00	174905	53,81	150150	46,19	325055	100,00	26,3	23,2	24,8
					47,64							50,03			
SUDESTE	3153	57,22	2357	42,78	5510	100,00	101095	71,31	40678	28,69	141773	100,00	32,1	17,3	25,7
					20,00							21,82			
SUL	3432	77,86	976	22,14	4408	100,00	47139	72,69	17713	27,31	64852	100,00	13,7	18,1	14,7
					16,00							9,98			
CENTRO-OESTE	1973	70,69	818	29,31	2791	100,00	53321	75,25	17536	24,75	70857	100,00	27,0	21,4	25,4
					10,13							10,90			
B R A S I L	16225	58,90	11321	41,10	27546	100,00	407397	62,70	242363	37,30	649760	100,00	25,1	21,4	23,6

FONTE: Relatório de Totalizações do Sistema de Controle de Programas (SICOP)/Fundação EDUCAR, por Estado, Região e País, em 02.12.1896.

Em relação ao número total de alunos inscritos nas classes — 649.760 alunos — os percentuais da relação zona urbana/zona rural se mantem — 62,70% (407.397) e 37,30% (242.363), bem como a alteração da proporção, no caso das regiões Sul e Centro-Oeste.

Há uma evidente concentração do número de classes e de alunos na região Nordeste, que atende a 47,64% (13.123) das classes do país e 50,03% (325.055) do total de alunos. Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste o atendimento é de 20,00% (5.510) e 21,82% (141.773), 10,13% (2.791) e 10,90% (70.857), respectivamente, ficando a região Norte com o menor índice de atendimento: 6,22% (1.714) das classes e 7,27% (47.233) dos alunos. Cabe ressaltar que embora no Nordeste se concentrem 50,03% dos alunos atendidos pela EDUCAR, eles representam apenas 3,49% (325.055) dos analfabetos da região (9.325.085).

Observa-se que a média nacional de alunos por classe é de 25 na zona urbana e 21 na zona rural, alterando-se na região Norte, onde a média de alunos na zona urbana passa de 30 e 23 na zona rural. Na região Sudeste, tal média é de 32 alunos por classe urbana e 17 por classe rural. (Tabela II)

No que se refere ao comportamento do Programa na etapa de alfabetização (chamado PEB na Tabela III) das 21.694 classes conveniadas, 53,58% (11.624) encontram-se na zona urbana e 46,42% (10.076) na zona rural.

Vale observar que, enquanto nas demais regiões a tendência é para um certo equilíbrio entre os índices de conveniamento rural e urbano, na região Sul ocorre uma concentração maciça: 81,23% (2.857) na área urbana para apenas 18,77% (660) na zona rural. (Tabela III)

Tabela III (a seguir)

TABELA III -- CLASSES E ALUNOS DE PEB (1a. ETAPA) CONVENIADOS POR REGIÃO E PAÍS

P E B (1a. ETAPA)	C L A S S E S						A L U N O S						M E D I A - A L U N O		
	U R B A N A S		R U R A I S		T O T A L		U R B A N O S		R U R A I S		T O T A L		U R B A N A	R U R A L	T O T A L
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%			
NORTE	432	46,65	494	53,35	926	100,00	10577	49,06	10983	50,94	21560	100,00	24,5	22,2	23,3
					4,27						4,54				
NORDESTE	5373	46,02	6302	53,98	11675	100,00	134452	48,05	145380	51,95	279832	100,00	25,0	23,1	24,0
					53,82						58,92				
SUDESTE	2038	50,56	1993	49,44	4031	100,00	36945	52,82	32999	47,18	69944	100,00	18,1	16,6	17,4
					18,58						14,73				
SUL	2857	81,23	660	18,77	3517	100,00	57977	82,71	12120	17,29	70097	100,00	20,3	18,4	19,9
					16,21						14,76				
CENTRO-OESTE	924	59,81	621	40,19	1545	100,00	20763	61,97	12743	38,03	33506	100,00	22,5	20,5	21,7
					7,12						7,05				
B R A S I L	11624	53,58	10070	46,42	21694	100,00	260714	54,89	214225	45,11	474939	100,00	22,4	21,3	21,9

FONTE: Relatório de Totalizações do Sistema de Controle de Programas (SICOP)/Fundação EDUCAR, por Estado, Região e País, em 02.12.1986.

Quanto à equivalência às quatro primeiras séries do 1º grau (chamada PEI na Tabela IV), verifica-se um maior conveniamento na zona urbana onde, das 6.576 classes conveniadas em nível de país, 80,98% (5.325) são classes urbanas e apenas 19,02% (1.251) classes rurais. As maiores concentrações na zona urbana se dão nas regiões Nordeste: 87,64% (1.269), Sul: 86,49% (2.023) e Centro-Oeste: 84,19% (1.049). (Tabela IV)

De acordo com o que já se observou anteriormente na Fundação MOBRAL, de um lado a demanda pela continuidade das quatro primeiras séries tem-se mostrado sempre maior nas periferias urbanas do que nas áreas rurais e, de outro, a maior oferta também ocorre na zona urbana, face à dificuldade de se obterem recursos adequados na zona rural.

Analisando as Tabelas III e IV, observa-se uma média de alunos por sala maior nas classes de continuidade (26) do que nas classes de alfabetização (21), tanto na área urbana quanto na rural, a nível de Brasil.

No entanto, as regiões Sul e Sudeste, indiferentemente ao Programa, apresentam uma média de alunos por sala menor que a média do Brasil. Este aspecto, entretanto, será objeto de estudos específicos e mais aprofundados, onde se procurará identificar as causas que o determinam.

Tabela IV (a seguir)

TABELA IV — CLASSES E ALUNOS DE PEI — CONVENIADOS POR REGIÃO E PAÍS

P E I	C L A S S E S						A L U N O S						M É D I A - A L U N O		
	URBANAS		RURAIS		T O T A L		URBANOS		RURAIS		T O T A L		URBANA	RURAL	TOTAL
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%			
NORTE	593	75,25	195	24,75	788	100,00	20360	79,34	5303	20,66	25663	100,00	34,3	27,2	32,6
					11,98							14,68			
NORDESTE	1269	87,64	179	12,36	1448	100,00	40453	89,45	4770	10,55	45223	100,00	31,9	26,6	31,2
					22,02							25,87			
SUDESTE	391	51,79	364	48,21	755	100,00	7246	53,52	6331	46,48	13577	100,00	18,5	17,4	18,0
					11,48							7,77			
SUL	2023	86,49	316	13,51	2339	100,00	46086	86,94	6921	13,06	53007	100,00	22,8	21,9	22,7
					35,57							30,32			
CENTRO-OESTE	1049	84,19	197	15,81	1246	100,00	32558	87,17	4793	12,83	37351	100,00	31,0	24,3	30,0
					18,95							21,36			
B R A S I L	5325	80,98	1251	19,02	6576	100,00	146703	83,92	28118	16,08	174821	100,00	27,5	23,3	26,7

FONTE: Relatório de Totalizações do Sistema de Controle de Programas (SICOP)/Fundação EDUCAR, por Estado, Região e País, em 02.12.1986.

Considerando que os convênios da Fundação EDUCAR podem ser estabelecidos tanto com órgãos governamentais quanto com não-governamentais, desde a sua criação, os dados gerais desagregados indicam que 81,06% (23.452) são classes de convênios com entidades governamentais e as demais são de convênios com entidades não-governamentais — 18,94% (4.818). Sendo este o primeiro ano da EDUCAR, este é um dado de significativo envolvimento dos organismos da sociedade civil em prol da educação básica no país. (Tabela V)

TABELA V — CLASSES CONVENIADAS COM ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS

REGIÃO	GOVERNAMENTAL		N. GOVERNAMENTAL		TOTAL	
	CLASSES	%	CLASSES	%	CLASSES	%
NORTE	1.179	68,79	535	31,21	1.714	100,00 6,22
NORDESTE	10.426	79,45	2.697	20,55	13.123	100,00 47,64
SUDESTE	5.008	90,89	502	9,11	5.510	100,00 20,01
SUL	4.150	94,15	258	5,85	4.408	100,00 16,00
CENTRO-OESTE	1.965	70,40	826	29,60	2.791	100,00 10,13
BRASIL	23.452	81,06	4.818	18,94	27.546	100,00

FONTE: Relatório de Totalizações do Sistema de Controle de Programas (SICOP)/ Fundação EDUCAR, por Estado, Região e País, em 20.12.1986.

Quanto ao número de alunos em classe, observa-se, coerentemente, que dos 649.760 alunos conveniados 78,99% (513.238) se concentram nas classes das organizações governamentais para 21,01% (136.522) nas classes das organizações não-governamentais. (Tabela VI)

TABELA VI — ALUNOS CONVENIADOS X INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E
NÃO GOVERNAMENTAIS

	INST. GOVERNAM.		INST. NÃO-GOVERN.		TOTAL	
	ALUNOS CONVEN.	%	ALUNOS CONVEN.	%	ALUNOS CONVEN.	%
N	28.194	59,70	19.029	40,30	47.223	100,00 7,27
NE	249.094	76,63	75.961	23,37	325.055	100,00 50,03
SE	130.902	92,33	10.871	7,67	141.773	100,00 21,82
S	59.842	92,27	5.010	7,73	64.852	100,00 9,98
CO	53.321	75,25	17.536	27,75	70.857	100,00 10,90
BR	513.238	78,99	136.522	21,01	649.760	100,00

FONTE: Relatório de Totalizações do Sistema de Controle de Programas(SICOP)/
Fundação EDUCAR, por Estados, Região e País, em 02.12.1986.

Análise dos Projetos Conveniados na Região Nordeste

A análise que se segue baseia-se no estudo dos projetos
conveniados pela EDUCAR na Região Nordeste^(*) e objetiva traçar
o seu perfil.

Por injunções de tempo e precariedade de dados, restringimo-nos,
num corte, à Região Nordeste, sem dúvida a mais representativa
das necessidades que justificam as ações da EDUCAR, com 47,64%
(13.123) das classes de todo o Brasil. (Tabela V)

(*) O estudo de projetos conveniados pela EDUCAR em outras regiões
encontra-se em fase de realização.

Nas considerações abaixo foram utilizados dados colhidos dos Termos de Convênio celebrados entre a Fundação EDUCAR e entidades, governamentais ou não, dessa região.

As classes, em sua grande maioria — 79,45% (10.426) —, são de convênios feitos com órgãos governamentais (basicamente Prefeituras Municipais). As classes restantes — 20,55% (2.697) decorrem de convênios com entidades não-governamentais do tipo Empresas, Igrejas, Associações de Moradores, Associações Filantrópicas, Sindicatos etc. Se tal discrepância se explica porque este é o primeiro ano da EDUCAR, fica também o registro de que há muito ainda a fazer de acordo com suas diretrizes.

A partir desses dados, duas inferências são possíveis: a) a dificuldade de as COORD contatarem outras entidades além das prefeituras; b) a dificuldade dessas entidades confiarem na EDUCAR, sobre a qual sabem muito pouco e que é geralmente percebida como o MOBREAL disfarçado.

As entidades convenientes, de qualquer tipo, não podem ainda prescindir do apoio técnico, financeiro e material da EDUCAR (99,40% os solicitam.).

A primeira e imediata leitura deste fato parece passar pelo despreparo dessas entidades para assumirem tal encargo. Conseqüentemente fica patente a necessidade de que um órgão como a EDUCAR lhe dê esse apoio, de modo consciente e sistemático e, progressivamente, as prepare para assumirem esse papel.

As justificativas mais freqüentes para os projetos do Nordeste se resumem a basicamente três: a existência de um grande contingente de jovens e adultos que não têm acesso à escola e que, conseqüentemente, engrossam as fileiras dos analfabetos (apontada por 8 das 9 COORD: 79,42%); a fragilidade da estrutura educacional nas áreas de implantação dos projetos

(apontada por 6 COORD: 25,90%), e os fatores sôcio-econômicos de modo geral (2 COORD: 5,68%).

Tais justificativas — que não se excluem, pelo contrário, se inserem num conjunto preocupante — mais que, simplesmente, legitimar os projetos, apontam para a injunção dessa realidade. Noutras palavras: o quadro se apresenta de modo a exigir uma ação ainda mais eficaz em que os esforços se somem e as divisões, de qualquer espécie, não tenham lugar.

Como objetivos gerais dos projetos analisados aparecem, nesta ordem de incidência:

- . a erradicação ou, pelo menos, a minimização do analfabetismo na Região (4 COORD: 42,42%);
- . a garantia de uma educação básica para a clientela de 15 anos ou mais (4 COORD: 36,80%);
- . proporcionar uma prática educativa na qual o aluno, através da análise crítica, possa questionar, compreender e interpretar sua realidade (3 COORD: 15,35%);
- . possibilitar a continuidade de seus estudos, por via regular ou supletiva (2 COORD: 15,18%), aproveitando-se as experiências e vivências do aluno no processo ensino-aprendizagem (2 COORD: 13,33%).

Aparecem ainda, de modo menos recorrente, objetivos como:

- . a formação de professores para essa clientela (9,09%);
- . a promoção do nível sôcio-econômico-cultural (8,08%);
- . a viabilização das etapas equivalentes às quatro primeiras séries do 1º grau (7,78%).

A registrar apenas a perfeita coerência entre as justificativas apresentadas e os objetivos propostos. Naturalmente — e isto

não é descurado no corpo dos projetos — objetivos, para serem atingidos, supõem meios, recursos de que os órgãos convenientes não dispõem.

Para somar estas carências é necessário registrar que a EDUCAR, como órgão também repassador de recursos financeiros, alocou este ano Cz\$ 237.386.489,00 e já repassou às entidades convenientes, até 02 de dezembro, Cz\$ 145.222.929,79.

Na execução destes mesmos projetos, desde sua elaboração até sua avaliação, passando pela metodologia e o material didático, os órgãos convenientes deixam bem claro que necessitam de cooperação técnica da Fundação EDUCAR, ainda em seus diferentes graus. Assim: a metodologia será a da EDUCAR em 91,33% dos projetos e o material didático em 98,16%; para a supervisão direta se conta com a EDUCAR em 76,36% dos casos e para a avaliação dos Programas em 70,78%. Para a elaboração dos projetos, propriamente, os órgãos convenientes se sentem mais seguros (e nisto talvez esteja subentendido que discutiram o tema anteriormente com a EDUCAR) e esperam colaboração direta na ordem de apenas 21,87%. A acrescentar que 18,55% se propõem a elaborar material didático de apoio, numa linha de complementação regional/local.

Percebe-se com clareza a consistência da leitura já feita quanto ao despreparo dos órgãos convenientes (pelo menos da imensa maioria destes que vêm conveniando com a EDUCAR e elaborando seus próprios projetos) para assumirem tal tarefa sem um apoio eficiente e eficaz. Chama a atenção o índice referente a material didático: praticamente 100% utiliza o da nossa Instituição, o que revela a necessidade de estimular e dar cooperação técnica para o desenvolvimento de materiais adequados a cada realidade.

Os supervisores dos projetos — e deles depende todo o acompanhamento com as correções que se venham a impor — precisarão ser capacitados pela EDUCAR em 70,45% dos projetos de 8 das 9 COORD.

Também para sua remuneração, ainda se espera a colaboração da EDUCAR em 37,44%. Apenas para sua mobilização, os órgãos convenientes se sentem capacitados ou motivados (são 4,19% também pedem apoio para tal).

Os professores, tanto quanto os supervisores, necessitarão ser capacitados com o apoio da EDUCAR em 71,75% dos projetos.

Sua remuneração, como era de se esperar, caberá à EDUCAR em 83,57% dos casos. Apenas sua mobilização demanda menor cooperação: 11,02%. Acrescente-se que 39,89% dos órgãos convenientes aparecem dispostos a assumir os encargos sociais de seus professores.

Os dados apresentados por estes dois itens reforçam e concretizam o que já se disse anteriormente com relação aos demais: as entidades, governamentais ou não, que neste primeiro momento de implementação das ações da EDUCAR apresentaram seus projetos, demonstram, inequivocamente, sua grande dependência da cooperação técnica desta Fundação em quase todos os aspectos, ou seja, para capacitação dos professores, supervisão de salas de aula, avaliação do programa etc.

Somente no que diz respeito aos alunos e, evidentemente, suposta toda essa cooperação anteriormente referida e requerida — aquelas entidades dispensam maiores contribuições da EDUCAR: 11,71% para sua avaliação (o que também pode ser lido como capacitação dos professores para que o façam)^(*), e 4,13%, para sua mobilização.

(*) Aliás, se esses são os dados que aparecem nos projetos aqui analisados, é necessário acrescentar-se que tem sido, na realidade, muito freqüente a solicitação, por parte das COORD — o que traduz a exigência, por parte dos órgãos convenientes — de cooperação técnica, tendo em vista a avaliação dos alunos do programa.

Desenvolvimento dos Programas Educativos

Objetivando ainda uma análise do desenvolvimento dos programas educativos, foram levantadas as informações de frequência disponíveis no sistema de acompanhamento da ação educativa da EDUCAR tendo em vista, especificamente, verificar a frequência, o aumento de matrículas e evasão por sala de aula.

Os dados disponíveis até o momento não se mostraram suficientes, estatisticamente, para a realização desta análise.

A não representatividade dessa amostra se deve ao fato de que as informações disponíveis se acham centradas em grandes percentuais em um ou outro Estado da região, enquanto os demais, ou não enviaram nenhuma informação ou as enviaram em índices insuficientes para análise.

Ainda para enfatizar, na região Nordeste onde se dão 50% do atendimento da EDUCAR, as informações disponíveis são mínimas por ora, considerando que apenas Bahia e Alagoas mandaram informações que, por sua vez, também não asseguram uma representatividade daqueles Estados.

O nível de informações disponíveis se deve, em parte, ao fato de que embora os convênios tenham sido, em sua maioria, assinados em meados do ano, as atividades educativas não foram, necessariamente, iniciadas no mesmo período. Supõe-se que no mês/referência (novembro/86), muitas das classes estavam no seu terceiro mês de funcionamento e, portanto, começando a preencher nesse período os instrumentais de acompanhamento da ação educativa.

Diante desse fato, esperamos que em janeiro/87 possamos contar com um universo representativo de informações para proceder a essa análise.

Por outro lado, através de outros mecanismos de acompanhamento da EDUCAR Central (viagens de Cooperação Técnica, Encontros

Regionais, Encontros de Coordenadores e Superintendentes), sabe-se que tanto vem ocorrendo um aumento de matrícula em sala de aula como vem ocorrendo evasão de alunos. Considerando que a evasão ocorre, procurou-se por canais informais (relatórios de viagens e reuniões) identificar as principais possíveis causas da mesma.

Numa primeira abordagem das causas de evasão de alunos nos Projetos conveniados pela Fundação EDUCAR no seu primeiro ano de funcionamento, levantaram-se informações de caráter qualitativo que são apresentadas a seguir.

Como muitas das informações obtidas são de caráter geral, recorrentes em todas as regiões, optou-se por organizar sua apresentação em categorias, abaixo transcritas, observando-se que os casos específicos estarão devidamente destacados ao longo da análise; tendo em vista, como já se disse, o pouco tempo de funcionamento dos convênios além do fato de que não houve oportunidade (nem maturação) para uma avaliação sistemática, tal análise assume também o caráter de "tendência".

Inadequação da maneira de conveniamento e início da ação educativa:

A pressão do Ministério sobre a EDUCAR Central e desta sobre as COORD para assinatura dos convênios teve como consequência que a mobilização dos alunos e a implantação das classes não tenham sido feitas do modo mais adequado. A responsabilidade pela inscrição dos alunos foi, na maioria dos casos, delegada aos alfabetizadores, observando-se uma irrealidade dos dados de matrícula, o que leva a supor que se tenham repetido situações do antigo MOBREAL em que os alfabetizadores, para ter sua classe, costumavam aumentar o número de alunos inscritos.

Fatores Físicos: Praticamente em todas as regiões as precárias condições de saúde dos alunos, configurando um quadro de fome, fraqueza, cansaço, apatia, deficiência de visão, foram

consideradas como fatores bastante significativos na análise das possíveis causas de evasão, especialmente nos estados da região Nordeste. Essas causas são exteriores a qualquer Projeto educacional, não sendo específicas aos Projetos/Convênios da EDUCAR.

Fatores Climáticos: A época de chuvas e enchentes na região Norte, o inverno na região Sul e até o horário de verão na região Sudeste foram apontados como possíveis causas de baixa frequência e/ou evasão de alunos nos três primeiros meses em classe.

Fatores Sócio-Econômicos: A época de plantio e de colheita, condicionando uma rotatividade no trabalho rural (lavouras de subsistência, corte de cana nas regiões Nordeste e Sudeste); o plantio de trigo na região Sul, bem como o aquecimento da economia nas capitais e cidades de médio porte, determinaram processos de migração interna entre os alunos, trazendo como consequência não apenas a evasão como também — ainda que com menor incidência — a incorporação dos alunos evadidos das classes de alfabetização em classes de outros municípios e/ou de bairros para onde se deslocaram em função de suas atividades produtivas.

Momento Eleitoral: A questão foi percebida como constante em todas as regiões a partir do mês de setembro quando começou a ocorrer o esquentamento da Campanha, acontecendo o recrutamento de alunos como cabos eleitorais e para participação em comícios.

Por exemplo: a incorporação de alunos em classes de alfabetização foi entendida como pressão de candidatos a deputados para que os possíveis eleitores aprendessem a desenhar o nome do candidato, garantindo assim o voto.

Festejo/Lazer: Festas de final de ano, principalmente no Nordeste; as novelas na região Sudeste são, em muitos casos, motivo de diminuição na frequência e até mesmo de evasão.

Prática Educativa: Supervisores e Técnicos da EDUCAR Central, baseados em observação de classe realizada durante viagens de Cooperação Técnica, vêm constatando que os professores das Secretarias Municipais não têm, até o momento, atendido satisfatoriamente às necessidades e expectativas dos alunos inscritos.

É possível considerar que a sua pouca experiência como educadores de adultos, bem como a precariedade da formação recebida do próprio Sistema Escolar, limite a prática de sala de aula desses professores, desestimulando os alunos, não obstante a Fundação EDUCAR exigir dos professores escolaridade mínima de 2º Grau e oferecer um nível salarial maior do que aquele anteriormente oferecido pelo MOBRAL.

Por outro lado, foi também observada, nos convênios para a etapa de alfabetização com prazo previsto de cinco meses, uma tendência de aceleração do ritmo da transmissão dos conteúdos nas aulas. Quando o professor não possui uma sólida experiência na área de educação de adultos, ocorre que essa aceleração impede os alunos de melhor vivenciarem o processo de aprendizagem e vencer seus bloqueios e dificuldades nas diferentes etapas de estudo. Como consequência, os dados numéricos até então coletados apontam para uma maior incidência de evasão nesses casos.

Os dados quantitativos para os Convênios de duração maior (6,7 e 8 meses) indicam uma tendência a maiores taxas de evasão de alunos matriculados nos convênios firmados com entidades não-governamentais, funcionando principalmente na zona urbana, comparativamente com as taxas de evasão de convênios com entidades governamentais.

Por outro lado, merece destaque o caso do Projeto Experimental de Educação Básica para a Baixada Fluminense que será apresentado adiante, realização conjunta EDUCAR/UNICEF, que reúne convênios com 8 (oito) entidades não-governamentais (Câritas Diocesana, Canal Meriti, Dique da Prainha, Taquara, Parque Allian, MAB, Nossa Senhora das Graças, São Bento) entre Associação de Moradores, Centros Comunitários e Comunidades de Base da Igreja Católica.

No caso deste Projeto, que já se encontra em seu 4º mês de funcionamento, os dados do 2º mês apresentam acentuadas taxas de invasão, caracterizando um comportamento diverso daquele detectado como tendência nos projetos comuns, conforme mencionado anteriormente. (*)

Pode-se enumerar como possíveis causas dessa reversão de expectativas o controle e a melhoria de determinados aspectos:

- . a melhoria do nível dos professores por meio de capacitação permanente, realizada através de seminários, encontros, oficinas de trabalho, assembléias e aulas práticas;
- . a atuação direta de um corpo técnico mais bem preparado, na coordenação do projeto;
- . a efetiva priorização da função pedagógica da supervisão. Tal medida, que possibilita um acompanhamento sistemático e permanente das salas de aula, é possível em função de haver auxiliares administrativos para cuidar da parte administrativa do projeto e pelo fato de que cada supervisor tem sob sua responsabilidade apenas 8 ou 10 classes;

(*) Vide quadro demonstrativo e análise mais adiante no item que apresenta os Projetos Alternativos.

- . uma visão do trabalho voluntário diferente da que presidia anteriormente os trabalhos do MOBREAL: as entidades consideram imprescindível remunerar os participantes, e o voluntariado só é utilizado em caso de emergência;
- . o fato de que os professores e supervisores são escolhidos pela comunidade parece estar influenciando muito positivamente o desenvolvimento do Projeto como um todo e, como consequência, contribuindo, contrariamente, para a não existência de evasão de alunos. O aumento de matrícula é um dado que atesta a validade de certas opções de um Projeto preocupado com a qualidade da ação educativa que promove.

Finalmente, convém ressaltar que muitas das causas de evasão, enumeradas e analisadas neste documento, (1) fogem ao âmbito de influência da ação educativa da Fundação EDUCAR e, portanto, não podem ser sanadas por intermédio de sua ação. No que se refere às responsabilidades da EDUCAR com relação à evasão de alunos (2), os procedimentos que vêm sendo adotados para minimizar esta problemática consistem, principalmente, em:

- . acompanhamento sistemático dos Projetos em campo (cooperação técnica);
- . participação de órgãos representativos da sociedade civil no desenvolvimento dos Projetos;
- . preocupação com a formação dos recursos humanos, prioritariamente professores e supervisores (cooperação técnica);

(1) Por exemplo: fatores climáticos, sócio-político-econômicos, e outros do gênero.

(2) Aspectos administrativo-pedagógicos dos Projetos.

- . melhoria salarial e garantia dos direitos trabalhistas dos professores;
- . incentivo a projetos diversificados que atendam às demandas específicas de diferentes grupos sociais.

. Projetos Alternativos

Chamam-se Alternativos os Projetos que apresentam algumas características fundamentais diferentes das que são habituais na imensa maioria dos convênios firmados pela EDUCAR. Entre eles se mencionam o já referido Projeto de Educação Básica para a Baixada Fluminense, bem como alguns outros em andamento na Bahia, a que também faremos alusão mais adiante.

O Projeto de Educação Básica para a Baixada Fluminense — periferia do Estado do Rio de Janeiro — tem como meta principal demonstrar a viabilidade do desenvolvimento das diretrizes político-pedagógicas da Fundação EDUCAR. (*)

No intuito de averiguar as condições de possibilidade de alternativas educacionais coerentes com as linhas de ação da Fundação EDUCAR, o Projeto possui caráter experimental e busca consolidar o compromisso de prestar o apoio técnico, financeiro e material aos projetos oriundos dos grupos organizados da sociedade civil; garantir a qualidade da ação educativa, através da seleção criteriosa dos professores, supervisores e assistentes administrativos; qualificar os agentes educacionais e assegurar os direitos trabalhistas dos educadores envolvidos.

O Projeto de Educação Básica, desenvolve a sua ação com a Igreja Católica, as Associações de Moradores e Centros

(*) Documento Diretrizes Político-Pedagógicas da Fundação EDUCAR — MEC/SEPS/EDUCAR — Brasília, 1986.

Comunitários, buscando superar o desafio de implementar, junto aos movimentos organizados da sociedade civil, de forma democrática, uma nova maneira de atuação no campo educacional.

O desafio se traduz na tentativa de recolocar o papel dos órgãos governamentais, numa sociedade em transição político-institucional, realizando um trabalho eficiente de educação básica, com o envolvimento direto da população atendida, e, através de uma avaliação crítica, identificar meios que permitam a ampliação da experiência pedagógica.

O Projeto de Educação Básica para a Baixada Fluminense está implantado nos Municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti e Nova Iguaçu, através de 42 convênios.

Em sua primeira etapa, que teve início em agosto de 1986, o projeto está abrangendo 181 classes. Até o presente momento foram capacitados 181 professores; 21 supervisores pedagógicos; 6 assistentes administrativos; 10 técnicos da equipe central do projeto. Foram elaborados materiais didáticos alternativos, construídos pelos próprios alunos, e realizada a avaliação de impacto do Projeto. (*)

Os professores, apesar de terem em sua maioria o curso normal ou 2º grau, apresentam, de um modo geral, um nível deficiente de conhecimentos no que se refere aos conteúdos e técnicas apropriadas à ação educativa pretendida. Além disso, como no sistema educacional brasileiro não há uma formação dirigida especialmente para o educador de adultos, a capacitação permanente, através de seminários, encontros, oficinas de trabalho, assembléias e aulas práticas é um dos componentes

(*) Documento "Avaliação de Impacto da Implantação do Projeto de Educação Básica para a Baixada Fluminense" — EDUCAR/DIRET/DEESE/DIAPE/GT Baixada — novembro de 1986.

mais importantes do Projeto.

Nos programas e projetos de educação do governo, freqüentemente, a supervisão se ocupa de um grande número de tarefas administrativas e secundariza o pedagógico. O Projeto, com a intenção de incrementar uma proposta consequente de educação de adultos, conta com a figura do auxiliar administrativo para o desenvolvimento das questões burocráticas, buscando resgatar, de forma prioritária, o papel pedagógico da supervisão. Nesse sentido, prioriza o acompanhamento sistemático em sala de aula, favorecendo o domínio dos procedimentos didático-pedagógicos, tanto por parte do professor quanto do supervisor.

QUADRO I -- ACOMPANHAMENTO QUANTITATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

INST. NÃO GOVERN.	Nº DE CLASSES 10MÊS	Nº DE ALUNOS 10MÊS	MÉDIA DE ALUNOS/CLAS. 10MÊS	Nº DE CLASSES 20MÊS	Nº DE ALUNOS 20MÊS	Nº DE ALUNOS/CLASSES 20MÊS	ÍNDICE INVASÃO	ÍNDICE EVASÃO
							%	%
SÃO BENTO	4	71	17,7	4	70	17,5	-	1,43
CÁRITAS DIOCESANA	48	809	16,8	47	901	19,1	11,37	-
CANAL MERITI	20	385	19,2	22	427	19,4	10,91	-
DIQUE DA PRAINHA	25	436	17,4	25	450	18,0	3,21	-
TAQUARA	5	143	28,6	5	143	28,6	-	-
PARQUE ALLIAN	7	138	19,7	7	149	21,2	7,97	-
MAB	62	1287	20,7	67	1411	21,0	9,63	-
N. S. DAS GRAÇAS	4	50	12,5	4	68	17,0	36,00	-
PROJETO (TOTAL)	175	3319	18,9	181	3619	19,0	9,04	-

FONTE: Coordenação do Projeto de Educação Básica para a Baixada Fluminense/ Fundação EDUCAR, dezembro de 1986.

Pela análise do Quadro I conclui-se que no mês de agosto e setembro, exceto o Parque Allian, que se manteve com números constantes, e Parque São Bento, que teve um índice de evasão de 1,43%, em todos os outros grupos houve uma incorporação de novos alunos às classes, provocando um aumento de matrícula de 9,04% nos dois primeiros meses do Projeto.

Embora os boletins de registro do 3º mês de aulas ainda não estejam completamente computados, pode-se afirmar, principalmente através das visitas de supervisão, que as turmas se mantêm com a mesma média de alunos do 2º mês.

Numa avaliação da experiência junto às comunidades, ficou bem claro que existe, por parte dos grupos organizados, a plena consciência de que a educação, inclusive a educação de adultos, é um direito de todos e um dever do Estado a que, nos últimos tempos, o Estado não tem correspondido. Para esses grupos, o papel dos movimentos populares no desenvolvimento de projetos governamentais se dá através da participação e do controle político exclusivamente.

Verifica-se, no entanto, através das entrevistas realizadas e conversas informais com pessoas envolvidas no projeto que, apesar de reconhecerem essa obrigação do Estado, esses grupos se dispõem, no momento atual, a dar uma parcela maior de contribuição.

Por outro lado, observa-se uma mudança na visão do uso de voluntariado. A questão do voluntariado só é admitida em casos de emergência, uma vez que os grupos entendem que qualquer tipo de trabalho deve ser remunerado, percebendo-se um despertar da consciência dos direitos do cidadão enquanto força de trabalho.

A preocupação em relação ao perigo dessas entidades não-governamentais serem absorvidas pelo Estado existe, mas, por outro lado, esses grupos têm consciência de que a estrutura de entidades como a CĂRITAS e o MAB, por exemplo, são bastante sólidas para assumir esse tipo de "risco".

Observa-se que as pessoas envolvidas no Projeto estão se sentindo bastante comprometidas com o seu sucesso e estão depositando um voto de confiança no esforço da Fundação EDUCAR/UNICEF, no sentido de realizar um trabalho mais próximo da comunidade, através das entidades não-governamentais ligadas a grupos organizados da sociedade civil.

Todos os entrevistados na avaliação do Impacto do Projeto da Baixada mostraram estar informados de que a Fundação EDUCAR foi criada para substituir o MOBRAL. No entanto, apesar deste fato e das críticas feitas em relação ao antigo órgão, as pessoas se referem à Fundação EDUCAR como uma instituição nova, que veio para mudar.

É importante destacar que esses grupos estão identificando a Fundação EDUCAR, exclusivamente, a partir da experiência em que estão engajados atualmente, que é o caso específico do Projeto de Educação Básica para a Baixada Fluminense.

Cabe ressaltar, também, que a maior parte dos entrevistados não conheceu de perto o trabalho do MOBRAL; ouviram de terceiros muitas críticas em relação ao órgão. Entre os que tiveram algum tipo de contato com o MOBRAL, as queixas mais frequentes foram: os professores e supervisores não eram escolhidos pela comunidade; má remuneração dos professores; má distribuição dos recursos; não participação dos grupos organizados na sua proposta; e falhas na supervisão.

A implantação do Projeto de Educação Básica para a Baixada Fluminense, após dois meses de funcionamento das classes, tem sido considerada bastante positiva em todos os Grupos estudados (CÁRITAS, MAB e Associações Independentes) e nos diferentes níveis (lideranças comunitárias, supervisores pedagógicos, auxiliares administrativos, professores e alunos).

Percebe-se que a equipe da EDUCAR/UNICEF responsável pela implantação e o desenvolvimento do Projeto na Baixada Fluminense teve um papel essencial na viabilização deste

Projeto e na construção de uma imagem positiva da Fundação EDUCAR. Está bastante claro que o entrosamento das pessoas integrantes dessa equipe com as lideranças representativas dos grupos organizados foi possível à medida que a maioria das pessoas da equipe possui uma longa experiência de trabalhos comunitários ou mesmo de participação em grupos organizados da sociedade civil.

Os alunos entrevistados demonstraram estar bastante satisfeitos com a oportunidade de estudar que lhes está sendo oferecida, e a maioria espera aprender a ler e a escrever para ter mais autonomia na sociedade em que vive. Um número relativamente pequeno de entrevistados também espera conseguir, a partir da aquisição da leitura e da escrita, uma melhoria de vida através da obtenção de um emprego melhor.

A questão da continuidade do projeto foi abordada em todos os Grupos e nos diferentes níveis, sem exceção. Todos demonstram um grande interesse pela continuidade, mas a grande maioria teme algum tipo de interferência política que acabe com o projeto, como por exemplo, a extinção da Fundação EDUCAR.

A partir dos resultados da "Avaliação de Impacto da Implantação do Projeto de Educação Básica para a Baixada Fluminense", já citada, conclui-se que a Fundação EDUCAR deve dar prosseguimento ao trabalho iniciado, ou até mesmo promover sua ampliação.

Caso a EDUCAR decida não renovar os convênios, é fácil prever os prejuízos em torno da imagem da Fundação, e conseqüentemente, dos órgãos governamentais. A expectativa em relação ao Projeto é muito grande, por parte das lideranças comunitárias, da equipe de supervisores pedagógicos, dos auxiliares administrativos, dos professores e dos alunos.

Em função do êxito do projeto, detectado até o momento, sugere-se que a Fundação EDUCAR estimule o trabalho com grupos organizados da sociedade civil estadual e municipal.

Por outro lado, seria fundamental uma reflexão conjunta com as Secretarias de Educação em torno da importância de uma participação política de grupos organizados da sociedade civil nos projetos educativos. Isto porque a legitimidade e o comprometimento social desses grupos garante um melhor aproveitamento conforme está-se verificando no caso do Projeto de Educação Básica para a Baixada Fluminense.

A partir dessa experiência, começa a se delinear um espaço alternativo para a atuação da Fundação EDUCAR, enquanto órgão prestador de cooperação técnica, financeira e material, a projetos desenvolvidos por entidades da sociedade civil. Como indica o documento "Diretrizes Político-Pedagógicas" da Fundação EDUCAR, (*) tais entidades se inserem na busca do "ideal de participação de todos na definição das decisões que envolvem os destinos da coletividade (que) implica a formação de cidadãos preparados, conscientes e críticos". Compõem ainda este quadro as experiências da "Educação de Adultos na Diocese de Juazeiro/BA" e do "Projeto de Educação Básica do Centro de Educação e Cultura Popular (CECUP)", na periferia de Salvador/BA.

Essas experiências têm como denominador comum a busca de metodologias próprias que, tendo como ponto de partida a teoria de Paulo Freire, objetivam indicar caminhos possíveis para implementar uma reflexão sobre o processo de alfabetização, nunca como um conjunto de regras fixas, mas sempre procurando valorizar a participação do indivíduo e reforçando a organização da sociedade civil numa perspectiva transformadora.

Desenvolvendo ações para que a comunidade participe do seu próprio processo educacional nas fases de planejamento, execução e avaliação, buscando efetivar a integração do processo educacional com as demais dimensões da vida comunitária e procurando operacionalizar situações de aprendizagem com base no repertório dos valores locais, tais projetos indicam que será a partir do diálogo/conflito entre o saber popular

(*) FUNDAÇÃO EDUCAR. Diretrizes Político-Pedagógicas. Brasília, 1986, n.p.

(com sua maneira de ver o mundo, a natureza, a relação entre os homens, o trabalho e a sociedade), e o saber sistematizado e elaborado dos técnicos, que surgirão as condições para uma nova concepção de alfabetização.

Nesta mesma linha de Projetos que desenvolvem metodologias próprias, pode ser mencionado o convênio entre a Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia e a EDUCAR, atuando na periferia de Salvador (20 classes, 400 alunos) e na zona rural e periferia de Barreiras (30 classes, 600 alunos). O Projeto, que se encontra no 3º mês, conseguiu cumprir todas as metas programadas para este período e tem como preocupação central deslanchar todo o trabalho a partir da realidade e interesses dos alunos detectados por meio de diagnósticos.

Busca-se desta forma, não apenas oferecer ao alunos os conhecimentos básicos de leitura, escrita e cálculo, mas também levá-lo a refletir sobre o meio em que vive e estabelecer com este uma relação que efetivamente lhe proporcione uma melhoria de vida em todos os sentidos.

A relação matrícula/evasão ao 3º mês do convênio atesta que, nas turmas onde houve evasão, a taxa geral foi da ordem de 13%, sendo que em 5 turmas houve aumento de matrícula. No Município de Barreiras esta faixa foi de 19%, verificando-se um maior percentual relativo de evasão nas classes de periferia urbana. Em 2 turmas foi registrado aumento de matrícula.

O relatório menciona ainda que quando o professor mora perto da escola e tem seu trabalho associado a uma organização de bairro, as aulas em geral se desenvolvem melhor, havendo mais facilidade de superar as dificuldades e de melhor comunicação com os alunos.

Por tudo o que ficou dito ao longo deste trabalho, duas conclusões distintas mas complementares, se impõem. Assim: se, por um lado, são grandes as dificuldades que a Fundação EDUCAR vem encontrando por injunções político-administrativas, e

estar vivendo, como foi dito, sua "excepcionalidade e transição", por outro, e a partir desta realidade mesma, novos rumos se buscam, novos passos se dão, e a relevância de seus serviços se faz reconhecer.

Evidentemente há necessidade de um tempo médio para que o atendimento, complexo como é, possa ser computado. Mas não são. São indispensáveis: um quadro técnico nacional/estadual bem capacitado; alocação de recursos; articulação com os demais órgãos do MEC e destes com os órgãos não-governamentais que atuam nessa área; e último, mas muito importante a elaboração de um Plano Nacional de Educação de Adultos diretamente referenciado à Política Nacional de Educação. Assim se consolidariam os meios e se viabilizariam as propostas e tendências educativas aqui analisadas.

4. BIBLIOGRAFIA

- . BRASIL, Leis, Decretos, etc. Decreto nº 92.734, de 06 de fevereiro de 1986. Diário Oficial. Brasília, 7 FEV. 1986. Seção 1, pt. 1, p, 2198-9.
- . CENTRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA POPULAR, Salvador. Alfabetizar é possível sim. Salvador, 1986. n.p. (Caderno de Educação Popular, 6).
- . CHRISTOPH, Priscilla et alii. Avaliação de impacto da implantação do projeto de educação básica para a Baixada Fluminense (periferia da cidade do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, Fundação EDUCAR, 1986, 76 p.
- . FUNDAÇÃO EDUCAR. Diretrizes Político-Pedagógicas. Brasília, 1986. n.p.
- . _____ . Documento sobre Diretrizes de Cooperação do Departamento de Estudos Educacionais. Rio de Janeiro, 1986. 8 p.
- . _____ . Estudo sobre a situação atual da Fundação EDUCAR - 1a. instância. jul./86. Rio de Janeiro, 1986. 21 p.
- . _____ . Estudo sobre a situação atual da Fundação EDUCAR - 2a. instância. out./86. Rio de Janeiro, 1986. 14 p.
- . _____ . Evolução da população analfabeta (projeção estimada para 1986/1990 a partir do censo demográfico 1970/1980 - IBGE). Rio de Janeiro, 1986. 1 p.
- . _____ . Políticas e estratégias de cooperação técnica da Fundação EDUCAR. Rio de Janeiro, 1986. 13 p.
- . _____ . Projeto de educação básica para a Baixada Fluminense. Rio de Janeiro, UNICEF, 1986. 23 p.

- FUNDAÇÃO EDUCAR. Relatório de totalizações/população atendida pela EDUCAR em 02.12.86. Rio de Janeiro, 1986. 1 v.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico- Brasil; VIII recenseamento geral-1970. Rio de Janeiro, 1973. 267 p. (IBGE. Série Nacional, 1).
- _____ . Censo demográfico - Brasil; dados gerais-migração, instrução, fecundidade, mortalidade; IX recenseamento geral do Brasil -- 1980. Rio de Janeiro, 1983. 203 p. (IBGE, v. 1, t. 4, n.1).
- IGREJA CATÓLICA. Diocese de Juazeiro (BA). A educação de adultos na Diocese de Juazeiro/BA. Remanso, 1986. p. 63-81.
- MORA, Luis de Ia. Programas populares de educação de adultos no município do Recife. s.n.t. 7 p. (Texto a ser apresentado no Congresso Internacional do CEAAL em Livramento, jul./86).
- SEMINÁRIO DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS. Rio de Janeiro, jul. 7-11, 1986. Relatório. Rio de Janeiro, Fundação EDUCAR, 1986. 10 p.
- SEMINÁRIO SOBRE CONTRIBUIÇÃO DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS PARA O ENSINO FORMAL. Rio de Janeiro, dez. 9-11, 1985. Relatório. Rio de Janeiro, MEC/INEP/CENPLA, 1986. n.p.
- VIDELA, Ana Neuza Botelho & MOREIRA, Luiz Alberto. Perfil de projetos elaborados a partir dos projetos anexos aos termos do convênio da EDUCAR. Rio de Janeiro, Fundação EDUCAR, 1986. 1 v.